

CORRUPÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA GOVERNAÇÃO LOCAL: O CASO DA AUTARQUIA DE LICHINGA (2014 – 2018)¹

Bernardino António

Introdução

O debate sobre a corrupção e suas implicações no desenvolvimento de Moçambique suscita uma série de questões no contexto da descentralização. Qual é a percepção dos cidadãos em relação à corrupção ao nível local? Que implicações a corrupção tem na governação local? Com enfoque no município de Lichinga, este texto procura responder a estas perguntas, argumentando que: (i) a percepção dos municípios é que a corrupção no município de Lichinga é alta e está ligada à figura do Presidente do Município; (ii) a corrupção tem inúmeras implicações na governação ao nível do município com destaque para a baixa qualidade de serviços públicos e a fragilização da legitimidade do governo municipal.

Para defender o argumento, o texto destaca, primeiro, a percepção dos municípios sobre a corrupção no município de Lichinga; segundo, apresenta o posicionamento dos dois partidos com assento na Assembleia Municipal (Frelimo e MDM) sobre a corrupção no município; finalmente, analisa as implicações da corrupção no município de Lichinga com base em evidências da pesquisa.

I. Percepção dos municípios sobre a corrupção: escândalos do presidente do município

Os dados quantitativos resultantes do inquérito por questionário aplicado a 600 municípios de Lichinga sugerem que os municípios estão insatisfeitos com a governação local e que essa insatisfação está em parte relacionada com a percepção de existência de corrupção neste município. O gráfico 1 mostra a percepção de que a corrupção é dos principais problemas no município de Lichinga (45.6%) em relação aos restantes municípios incluídos no estudo (Pemba, Tete, Quelimane, Beira, Nampula, Ilha de Moçambique e Manjacaze).

Importa realçar que a percepção dos municípios pode estar associada aos escândalos de corrupção que envolveram o Presidente do município de Lichinga, Saíde Amido, em 2016. Saíde Amido, acusado pelos



crimes de abuso de poder e actos de corrupção, foi julgado e condenado a 18 meses de prisão, convertidos em multa pelo tribunal judicial da cidade de Lichinga². Os dados qualitativos revelam a relação que os municípios estabelecem entre a existência de corrupção no município e os escândalos do presidente, conforme ilustram as palavras de um dos nossos entrevistados³:

*(...) O que se tem feito sentir na cidade de Lichinga é a visível corrupção por parte do Presidente do município (...) Porque nós questionámo-nos aqui, quanto é que ganha um Presidente do município para conseguir dentro de um ano construir uma casa, comprar um carro para a namorada, comprar carro para o filho. Num ano, não em dois ou três anos. Mesmo se ele tivesse um dinheiro anterior, quanto ele tinha?! Então é dali onde a gente já vê que realmente a corrupção se faz sentir no seio do município (...) o simples facto de termos um Presidente condenado é uma mancha. Isso mancha a própria província (...)*⁴

Um outro facto revelado tem a ver com a compra de viaturas por parte do município à empresa LINEX. Em 2013, o município teria efectuado um pagamento de 5,7 milhões de meticals para a importação de três viaturas. Das três viaturas, duas destinavam-se ao sector de saneamento e uma à morgue do hospital provincial de Lichinga. De salientar que no acto da celebração do contrato para a importação das viatu-

ras, o município efectuou o pagamento do valor à referida empresa em cem por cento, devendo a mesma fazer a entrega das viaturas num período de 45 dias, o que não veio a acontecer. Este caso provocou um intenso debate no seio das organizações da sociedade civil e comunicação social. Com efeito, pressionado pela opinião pública e organizações da sociedade civil, o presidente do Município pronunciou-se publicamente sobre o assunto sustentando estar preocupado com a situação porque a empresa LINEX não só havia encerrado as suas portas, mas também os proprietários da mesma encontravam-se foragidos⁵.

Para os municípios, a justificação apresentada pelas autoridades municipais “não faz sentido”. Estes para além de questionarem os procedimentos administrativos levados a cabo pelas autoridades municipais no processo de importação das viaturas, como por exemplo, o pagamento antecipado na totalidade, também questionaram a conduta da empresa contratada, conforme se pode ler no seguinte extrato de um dos nossos entrevistados:

*(...) “O município contratou uma empresa para importação das viaturas e no acto da celebração do contrato eles pagaram 100%. Segundo o Presidente, a empresa já não existe porque as pessoas fugiram. Mas as pessoas estão aqui na cidade, quem não conhece Linex?! Linex não vendia carros, era produtor de eventos”*⁶

Se se olhar para os procedimentos que os órgãos e instituições da Administração Pública devem cumprir para a aquisição de bens para o Estado, a compra das supostas viaturas por parte do município pode ser considerada ilegal⁷. O nº 3, do artigo 104, do decreto em questão sustenta que o pagamento de adiantamento sem apresentação de garantia só “é permitido até ao limite de trinta por cento do valor do contrato”, o que significa que o município, ao efectuar o pagamento de cem por cento do valor da compra das viaturas sem nenhuma garantia por parte da empresa contratada, agiu fora da lei.

¹ Os dados analisados neste texto constituem parte de uma pesquisa realizada no município de Lichinga em 2017, no âmbito do projecto “Barómetro da Governação Municipal”, em curso no Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).

² De referir que Saíde Amido foi o candidato da Frelimo eleito no município de Lichinga para o mandato de 2014-2018. Para mais detalhes sobre este julgamento ver DW (2016).

³ Por causa da sensibilidade de alguns assuntos reportados no texto, alguns entrevistados pediram anonimato, tendo sido apresentados no texto com iniciais escolhidas de forma aleatória.

⁴ Entrevista com P.D., 06 de Novembro de 2017.

⁵ Sobre este aspecto, o Comité de Monitoria de Responsabilização Social (SAMcom), teria reportado este facto nos seus relatórios de auditoria social de 2016 e 2017. Ver também DW (2017).

⁶ Entrevista com R. T., Lichinga, 07 de Novembro de 2017.

⁷ Decreto 5/2016, sobre o regulamento de contratação de empreitada de obras públicas, fornecimento de bens e prestação de serviços ao Estado.

II. A corrupção vista pela Frelimo e MDM⁸

Os resultados da pesquisa mostram que depois dos escândalos de corrupção do antigo presidente do município, o partido Frelimo procurou distanciar-se dos seus actos, tendo para tal realizado inúmeras reuniões ao nível do partido. No entanto, um quadro sénior do partido Frelimo, em Lichinga, assumiu a má gestão do município, tendo avaliado de forma negativa a governação do Presidente do município:

“A nossa avaliação não é boa (...) se fosse uma avaliação de 0 a 10 eu atribua 4 ou 5, dizer a verdade (...) porque quando a gente vai ao terreno a população diz-nos coisas que nem dá aqui dizer (...) porque quem avalia é a população, agora a população na avaliação está a ver pessoa. Por isso todo o município está frustrado. O constrangimento por de trás disso é a má gestão de fundos (...)”⁹

De acordo com este membro da Frelimo, apesar de ter sido condenado e admoestado pelo Ministério da Administração Estatal e seu próprio partido, o antigo edil parecia não ter mostrado sinais de mudança. O nosso entrevistado referiu ainda que provavelmente existisse uma convivência da parte das lideranças do partido a nível local para que esse comportamento persistisse, conforme se pode ler:

(...) A pessoa [1º secretário do partido Frelimo] que está a dirigir o nosso partido ao nível da cidade¹⁰ [e o Presidente do município] são amicíssimos. E nós quando dissemos essas coisas, em algum momento, nas reuniões que temos, somos “batidos” de uma maneira (...) o primeiro secretário deve ter capacidades de dizer ao Presidente do município para mudar (...) quando estava esse administrador do distrito de Lichinga agora, Alberto Mussa, ele tinha medo (...) mal esse saiu, a coisa ficou mal.¹¹

O MDM, através de um dos seus membros na Assembleia Municipal, sustentou que “o Presidente do município não priorizava o seu manifesto eleitoral, mas sim seus interesses pessoais”. Para o MDM, havia cumplicidade dos membros da Frelimo em relação ao edil, afirmando que nas discussões da Assembleia Municipal¹², os membros da Frelimo evitavam fazer críticas frontais sobre os escândalos de corrupção existentes no município. Por exemplo, no caso da compra das três viaturas para o município, a bancada da Frelimo aprovou o relatório do executivo, que assumia a compra das viaturas à LINEX. Para o nosso entrevistado, “não se trata de burla, como as autoridades municipais deixam transparecer, mas sim de uma rede montada para lavagem de dinheiro”.

III. A corrupção na governação local: que implicações?

No período em análise (2014 – 2018), a corrupção no município de Lichinga teve inúmeras implicações, particularmente no que se refere aos serviços públicos. Com efeito, o município confrontava-se com inúmeros desafios em termos de prestação de serviços públicos.

As estradas apresentavam-se esburacadas e havia morosidade na conclusão das obras em construção. A rede de abastecimento de água ainda era bastante limitada, cobrindo apenas alguns bairros do centro da cidade. Havia lixo em vários pontos da cidade, agravado pela incapacidade do município em termos de meios para a sua recolha. Registos de casos de criminalidade, em parte, aliada à falta de iluminação pública em algumas artérias da cidade. Além disso, havia falta de transporte público para a circulação dos municípios, entre outros aspectos.

Para as autoridades municipais, a falta de recursos financeiros constituía a principal causa por detrás da fraca qualidade de serviços públicos no município. No entanto, sem querer ignorar a questão de escassez de recursos financeiros para viabilização dos planos do município para melhoria dos serviços públicos, a corrupção tornava a situação muito mais complicada na medida em que os escassos recursos financeiros acabavam sendo desviados em benefício de uma minoria, contribuindo cada vez mais para a precariedade dos serviços públicos.

Uma outra implicação da corrupção em Lichinga dizia respeito à fragilização da legitimidade do governo municipal. A percepção da existência de corrupção por parte dos cidadãos contribuía para o elevado nível de desconfiança política dos cidadãos em relação ao governo e o baixo apoio ao sistema político. Este facto contribuía para que os cidadãos, sobretudo os grupos mais desfavorecidos economicamente se desligassem da política, uma vez que estes passavam a assumir o sistema político no geral como desonesto e ilegítimo.

De acordo com as discussões nos grupos focais, havia um sentimento de insatisfação com os órgãos municipais, pois os cidadãos dificilmente viam vantagens em participar na governação do município, conforme ilustram as palavras de um dos intervenientes do grupo focal realizado no bairro de Naluila:

“Se o município vier aqui pedir voto, não sei o que vai acontecer. Os jovens prometem que quando o município vier aqui há-de haver problema (...) O município não está a respeitar o patrão (...) porque a população é patrão. Melhor irem informar esse município que nós estamos cansados (...) informe a eles que em Naluila não vale a pena passar, seja para pedir voto ou outra coisa. Não vale a pena (...) cansamos com esse assunto de município, não está a ajudar nada. Não lhes queremos ver aqui.”¹³

Notava-se assim, um sentimento de desgaste em relação à forma como as autoridades municipais abordavam as preocupações dos municípios. O “cansaço” a que o nosso entrevistado se referia resultava do incumprimento das recorrentes promessas feitas pelas autoridades municipais sobre a resolução dos principais problemas que afectam os moradores do bairro Naluila (e do município no geral) relacionados

com vias de acesso, abastecimento de água, recolha de lixo, segurança, iluminação pública, transporte público entre outros aspectos.

Refira-se que um dos motivos que ditou a exclusão de Saide Amido da lista de candidatos à cabeça de lista do partido Frelimo para as eleições autárquicas de 2018 em Lichinga, foi o seu mau desempenho e envolvimento em escândalos de corrupção quando dirigiu o município entre 2014 e 2018. Em relação ao mau desempenho, a questão do lixo merece ser destacada. Em Janeiro de 2016, dois anos depois da tomada de posse de Saide Amido, o antigo governador da província de Niassa, Arlindo Chilundo, para além de manifestar a sua insatisfação em relação ao incumprimento do plano estratégico, mostrou-se indignado com a incapacidade do município em lidar com a questão do lixo. (Notícias, 2016; Domingo, 2016).

Conclusão

Tanto a percepção dos municípios assim como os factos relacionados à corrupção ao nível do município de Lichinga apontavam para a existência de corrupção ligada à figura do Presidente do município. No entanto, no período em análise, várias foram as implicações da corrupção na governação do município, entre elas: a) a baixa qualidade dos serviços públicos prestados pelo município com destaque para o mau estado das vias de acesso, fraco abastecimento de água, deficiente recolha de lixo, criminalidade, falta de transportes públicos; e b) fragilização da legitimidade do governo municipal.

Referências

Decreto 5/2016, *Boletim da República*, I série n.º 28, suplemento, 8 de Março de 2016.

DW (2016). *Autarca de Lichinga condenado a 18 meses de prisão*. 24 de Maio. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-002/autarca-de-lichinga-condenado-a-18-meses-de-pris%C3%A3o/a-19280748> (consultado a 20 de Janeiro de 2019).

DW (2017). *Burla de 70 mil euros no Conselho Municipal de Lichinga*. 1 de Agosto. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/burla-de-70-mil-euros-no-conselho-municipal-de-lichinga/a-39922771> (consultado a 20 de Janeiro de 2019).

Comité de Monitoria de Responsabilização Social. (2016). *Relatório de Auditoria social do Plano Económico e Orçamento Municipal 2016*. SAMCom, Lichinga.

Comité de Monitoria de Responsabilização Social. (2017). *Relatório para Audição Pública*. SAMCom, Lichinga.

Domingo (2016). *Arlindo Chilundo insatisfeito com o município de Lichinga*. 23 de Janeiro. Disponível em: <http://www.jornaldomingo.co.mz/index.php/nacional/6496-arlindo-chilundo-insatisfeito-com-o-municipio-de-lichinga> (consultado a 19 de Abril de 2019).

Notícias (2016). *Há falta de postura camarária em Lichinga*. 21 de Janeiro. Disponível em: <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/politica/49825-ha-falta-de-postura-camararia-em-lichinga.html> (consultado a 19 de Abril de 2019).

⁸ Apresenta-se o posicionamento da Frelimo e MDM por serem os partidos que constituíram a Assembleia Municipal e que mais envolvidos estiveram no debate sobre a corrupção. A Renamo boicotou as eleições de 2013.

⁹ Entrevista com B. P., Lichinga, 07 de Novembro de 2017.

¹⁰ Refere-se ao primeiro secretário do partido Frelimo ao nível da cidade de Lichinga.

¹¹ Entrevista com B. P., Lichinga, 07 de Novembro de 2017.

¹² Entrevista com H. F., Lichinga, 07 de Novembro de 2017.

¹³ Interveniente no grupo focal com Homens, Naluila, 02 de Novembro de 2017.